



POLÍCIA FEDERAL

LICI. PROJETO BÁSICO Nº 0729103/2016-SELOG/DITEC/PF

Processo nº 08059.300179/2016-12

**PROJETO BÁSICO**  
**Dispensa de licitação**

**1. OBJETO:**

1.1 O presente Projeto Básico tem por objeto a contratação de empresa especializada para execução de serviço gráfico de confecção de resmas para emissão de laudo, com o objetivo de atender necessidades da Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF, com regime de urgência, pelos próximos 04 (quatro) meses, conforme especificações, quantidades definidas abaixo e demais normas estabelecidas no presente documento.

Item	Especificação	Unid. medida	Quant.	Valor Unit.	Valor Máximo aceitável
	<p>a. Corte de papel branco Offset, alta alvura, formato 66x96cm, gramatura 90g/m2, em resmas de 500 folhas no formato A4, sem o fornecimento do papel;</p> <p>b. A DITEC/PF fornecerá e fará a entrega do papel Offset, formato 66x96cm, gramatura 90g/m2, constante no item “a”, quando a empresa, executora do serviço, estiver situada até 40km da sede da DITEC.</p> <p>c. Empacotamento das resmas com papel Craff;</p> <p>d. Fixação de etiqueta, cor branca, no lado retângulo menor, na horizontal, dimensões 2cm x 10cm, com as seguintes</p>				

1	<p>expressões: <b>“FORMULÁRIOS PARA LAUDOS”</b> e logo a baixo: <b>“500 FORMULÁRIOS PF 747-A”</b>, fonte Arial, cor preta, tamanho 14;</p> <p>e. Impressão em cada folha do papel, já em formato A4, de uma faixa amarela, na orientação “retrato”, com as cores: 0% ciano, 0% magenta, 35% amarela e 0% preta, repetida da sigla <b>“PF”</b>, na cor branca, em fonte Arial, tamanho 8, em negrito, espaçamento simples entre linhas, a 45° de inclinação com relação à borda inferior do papel, em sentido ascendente, sobre os 15 mm mais à esquerda da faixa amarela descrita a cima, de modo a deixar faixa de 2 mm totalmente alinhada à borda direita do papel;</p> <p>f. Impressão de linha-base em cor preta, com 75 mm de comprimento e 0,2 mm de espessura, abaixo da qual deve ser impressa a expressão: <b>“Visto da Chefia da Unidade”</b>, na cor preta, em fonte Arial, tamanho 8;</p> <p>g. Todo esse conjunto, constante na faixa amarela, deverá estar inclinado em 90° com relação à borda inferior do papel, centralizado na vertical da folha e a 3 mm de distância da borda direita do papel.</p>	Resmas A4 500x1	120	1200,00	

## 2. JUSTIFICATIVA:

2.1. A presente contratação visa suprir a demanda apresentada pela DITEC/PF, em função de o Serviço Gráfico da Divisão de Serviços Gerais da PF, o qual confeccionava os formulários, ter interrompido os serviços de confecção de resmas para laudos, por motivo de não renovação de contrato com a empresa terceirizada que prestava serviço naquela unidade.

2.2. A contratação de empresa especializada para execução de serviço gráfico de confecção de resmas para laudo se justifica diante da necessidade, da CONTRATANTE, de se ter um formulário específico para diminuir o risco de comprometimento da idoneidade dos laudos

emitidos pelos seus serviços de perícia, sendo que rompimento do estoque de resmas irá provocar prejuízo, caso não seja suprido em tempo hábil.

### **3. OBJETIVO E FUNDAMENTO LEGAL**

3.1. A Contratação para execução dos serviços, objeto deste Projeto Básico, tem como objetivo suprir o estoque de resmas para confecção de laudos periciais, pelo tempo necessário à realização de licitação convencional (próximos 04 meses), suficiente para normalizar o estoque, e encontra amparo nas normas e procedimentos administrativos da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações.

### **4. JUSTIFICATIVA DA RELAÇÃO ENTRE A DEMANDA E A QUANTIDADE DE SERVIÇO A SER CONTRATADO**

4.1. A quantidade de serviço a ser contratada é estimada e tem por base a quantidade de resmas para confecção de laudo utilizadas pelos serviços de perícia da DITEC/PF no período de 12 (doze) meses, dividido pelo período de 04 (quatro) meses, tempo necessário para serem realizados os procedimentos administrativos na realização da próxima licitação.

### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. Exigir o cumprimento de todos os compromissos assumidos pela CONTRATADA, de acordo com as disposições deste Projeto Básico e os termos de sua proposta.

5.2. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA com relação ao objeto do contrato.

5.3. Efetuar o pagamento nas condições e preços pactuados.

5.4. Exercer a fiscalização e supervisão dos serviços prestados, por empregados designados, podendo sustar, recusar, mandar fazer ou desfazer qualquer serviço que não esteja de acordo com as condições e exigências especificadas.

5.5. Comunicar, oficialmente, à CONTRATADA, quaisquer falhas, imperfeições ou irregularidades verificadas no cumprimento do contrato ou constatadas nos bens/produtos fornecidos, para que sejam substituídos.

### **06. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

06.1. Prestar/fornecer os serviços, objeto do contrato, utilizando-se de empregados devidamente habilitados para prestarem os serviços.

06.2. Responsabilizar-se por quaisquer danos causados a CONTRATANTE ou a terceiros, quando tenham sido causados por seus empregados quando nas dependências da DITEC/PF.

06.3. Sujeitar-se a mais ampla e irrestrita fiscalização e supervisão, prestando os esclarecimentos solicitados e atendendo às determinações efetuadas.

06.4. Manter os seus empregados devidamente identificados por meio de crachá e trajando uniformes quando em trabalho nas dependências da CONTRATANTE.

06.5. Responsabilizar-se pelas despesas com embalagem, seguro e custeio de transporte dos materiais e seu pessoal até as dependências da CONTRATANTE.

06.6. Prestar esclarecimentos a CONTRATANTE, sobre eventuais atos ou fatos noticiados que a envolvam, bem como relatar toda e qualquer irregularidade observada em função da prestação dos serviços contratados.

06.7. Manter, durante o período de vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações trabalhistas, todas as condições de habilitação e qualificação técnica exigidas na licitação.

06.8. Não subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto contratado.

06.9. Assumir a responsabilidade sobre seus empregados pelo pagamento dos salários, encargos sociais, fiscais, comerciais, trabalhistas e previdenciários, bem como outros encargos previstos na legislação em vigor, obrigando-se a saldá-los na época devida.

06.10. Assumir a responsabilidade por todas as obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando, em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados na execução de serviços inerentes a este contrato, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

06.11. Assumir a responsabilidade por todos os encargos de possível demanda

trabalhista, civil ou penal, relacionada à execução deste contrato, originariamente ou vinculada por prevenção, conexão ou continência.

06.12. Prestar os serviços dentro dos parâmetros estabelecidos, fornecendo todos os materiais em quantidade, qualidade e tecnologia adequada, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação ambiental.

06.13. A CONTRATADA fornecerá, além da mão de obra, todo o material e ferramentas necessárias, ficando responsável pela sua guarda e transporte. Somente serão aceitos materiais de primeira qualidade e compatíveis com a aplicação a que se destinam, devendo ser recusados pela fiscalização os de má qualidade ou inadequados, bem como os fora de especificação.

06.14. A CONTRATADA ficará obrigada a executar os serviços programados nestas especificações, não se admitindo quaisquer modificações sem a prévia autorização da fiscalização.

06.15. Fornecer, após a realização dos serviços, para fins de conferência e pagamento, a Nota Fiscal por ocasião do faturamento.

06.16. Refazer, sem ônus para a CONTRATANTE, serviços considerados não-conformes pela CONTRATANTE.

06.19. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade do fornecimento, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza.

06.20. A falta de quaisquer dos materiais cujo fornecimento incumbe à CONTRATADA, não poderá ser alegado como motivo de força maior para o atraso ou inexecução da obrigação e não o eximirá das penalidades a que está sujeito pelo descumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas.

06.21. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outros considerados necessários para recebimento de correspondência normal ou eletrônica.

06.22. Comunicar imediatamente à CONTRATANTE, por escrito, qualquer fato extraordinário ou

anormal que ocorra durante a entrega dos materiais, para adoção de medidas cabíveis.

## **07. PRAZO PARA EXECUÇÃO DO SERVIÇO**

07.1. A CONTRATADA deverá executar o serviço e entregar as resmas no prazo de 15 (quinze) dias, contados do envio da Nota de Empenho pela CONTRATANTE, no seguinte endereço: **Área de Material-ARMAT/DITEC/PF, SAIS Quadra 07 lote 23, Brasília-DF, CEP 70610-200, no horário de 9:00 às 16:00.**

## **07. MEDIDAS ACAUTELADORAS**

07.1. Consoante o artigo 45, da Lei nº 9.784, de 1999, em caso de risco iminente, a Administração Pública poderá, sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras.

## **08. ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**

08.1 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por representante, servidor público regularmente designado pela CONTRATANTE, nos termos do artigo 67 da Lei nº 8.666/1993, observando o seguinte:

I – Competirá ao fiscal do contrato ou seu substituto dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, de tudo dando ciência à autoridade competente, para as medidas cabíveis;

II – a fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas e na ocorrência destas, não implica corresponsabilidade da Administração, ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993;

III – o fiscal do contrato anotará, em registro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando horário, dia, mês e ano, bem como o(s) nome(s) de empregado(s) eventualmente envolvido(s), determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente, para as providências cabíveis.

08.2. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes às especificações contidas neste Projeto Básico deverão ser prontamente atendidas pela CONTRATADA, sem ônus para a CONTRATANTE.

## **09. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

09.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº. 8.666, de 1993, da Lei nº. 10.520, de 2002, a licitante/Adjudicatária, que:

- a. Não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;
- b. apresentar documentação falsa;
- c. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
- d. não manter a sua proposta dentro de prazo de validade;

- e. comportar-se de modo inidôneo;
- f. cometer fraude fiscal;
- g. fizer declaração falsa;
- h. ensejar o retardamento da execução do certame.

09.2. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer uma das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

09.2.1. No caso da infração ao subitem “a” supra, aplicar-se-á, independentemente do impedimento de licitar/contratar, multa de até 0,3% (zero vírgula três por cento), por dia de atraso, sobre o valor do item homologado;

09.2.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;

09.2.3. As sanções previstas nos subitens anteriores poderão ser aplicadas cumulativamente;

09.3. A inexecução parcial ou total das condições pactuadas, o erro de execução e a mora na execução sujeitarão a CONTRATADA às seguintes penalidades:

I. Advertência;

II. Multa de mora no percentual de 0,2 (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas incidente sobre o valor da parcela do objeto em atraso, que será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação até a data do efetivo adimplemento, observando o limite de 30 (trinta) dias;

III. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela do objeto em atraso, no caso de inexecução total ou parcial do objeto contratado, após decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, ensejando a sua rescisão, sem prejuízo ainda da cobrança da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

IV. Suspensão temporária de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 2 (dois) anos;

V. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação, perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir o CONTRATANTE pelos prejuízos resultantes depois de decorrido o prazo da sanção aplicada.

09.4. A critério da CONTRATANTE, as sanções previstas nos incisos “I”, “IV” e “V” desta cláusula, poderão ser aplicadas juntamente com as previstas nos incisos “II” ou “III”, facultada a defesa prévia da CONTRATADA, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

09.5. Se aplicada a multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativamente ou ainda, quando for o caso, o débito será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

09.6. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF, e no caso de suspensão de

licitar, a CONTRATADA deverá ser descredenciada por igual período, sem prejuízo das multas previstas no Edital e das demais cominações legais.

09.7. Aplicar-se-á advertência por faltas leves, assim entendidas como aquelas que não acarretarem prejuízos significativos ao objeto da contratação.

09.8. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

09.9. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

09.10. Caso a CONTRATANTE determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada para a CONTRATADA.

09.11. As penalidades por ventura aplicadas serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

09.12. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou cumulativamente.

## **10. DO PAGAMENTO**

10.1. O pagamento será efetuado até 30 (trinta) dias, contados do recebimento definitivo, mediante a apresentação de Notas Fiscais/Faturas, emitidas em moeda corrente nacional, correspondente à prestação do serviço efetivamente executado, aceito e atestado pelo fiscal do contrato.

10.2. Antes do pagamento será verificada a regularidade fiscal da CONTRATADA junto ao SICAF, CEIS, CADIN e CADICON, mediante consulta efetuada por meio eletrônico, ou por meio da apresentação de documentos hábeis anexados à fatura de que trata o artigo 29 da Lei n. 8.666/93:

10.2.1. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Geral de Contribuintes (CGC);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa à Seguridade Social e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V – prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do [Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. \(Incluído pela Lei nº 12.440, de 2011\)](#) [\(Vigência\)](#)

10.3. Encontrando-se a CONTRATADA inadimplente na data da consulta, poderá ser concedido, a critério do CONTRATANTE, um prazo de 30 (trinta) dias (prorrogável a critério da Administração por uma única vez) para que a mesma regularize a sua situação, sob pena de, não o fazendo, ter rescindido o contrato com aplicação das sanções cabíveis.

10.4. Se aplicada a multa, esta será descontada de qualquer fatura ou crédito existente na CONTRATANTE em favor da CONTRATADA, e, caso seja a mesma de valor superior ao crédito existente, a diferença será cobrada administrativamente ou ainda, quando for o caso, o débito será inscrito em Dívida Ativa da União e cobrado judicialmente.

10.5. Na hipótese de atraso no pagamento da Nota Fiscal devidamente atestada, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento, aplicando-se o disposto no art. 1º - F da Lei n.º 9.494, de 10 de setembro de 1997.

10.6. Na hipótese de pagamento de juros de mora e demais encargos por atraso, os autos devem ser instruídos com as justificativas e motivos, e serem submetidos à apreciação da autoridade superior competente, que adotará as providências para verificar se é ou não caso de apuração de responsabilidade, identificação dos envolvidos e imputação de ônus a quem deu causa.

10.7. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária ao Banco do Brasil S/A e creditado na agência bancária indicada na proposta da CONTRATADA o qual ocorrerá até 10 (dez) dias, após aceitação e atesto da Notas/Fiscais/Faturas.

10.8. Qualquer atraso ocorrido na apresentação da fatura ou nota fiscal, ou dos documentos exigidos como condição para pagamento por parte da CONTRATADA importará em prorrogação automática do prazo de vencimento da obrigação da CONTRATANTE.

10.9. Os valores contratados serão fixos e irreajustáveis, ressalvado o disposto na alínea d, do inciso II, art. 65, da Lei nº 8.666/93.

## **11. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

11.1. Os recursos, para cobertura das despesas decorrentes da contratação, estão contemplados no orçamento de 2016, no Programa de Trabalho 06.122.2112.2000.0001, PTRES 064043, Natureza da Despesa 339039.

## **12. DO ENQUADRAMENTO DOS SERVIÇOS**

12.1. O serviço a ser contratado enquadra-se na classificação de serviços comuns, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do Decreto 5.450, de 2005, pois são prestados por diversas empresas do mercado, podendo ser especificados, tendo as suas características de desempenho estabelecidas de forma objetiva, correspondendo às exigências expressas na legislação vigente.

## **13. DA SUSTENTABILIDADE**

13.1. Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

13.2. Respeitar as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas



#### **14. RESPONSÁVEL PELO PROJETO BÁSICO**

14.1. O presente termo foi elaborado pelo abaixo assinado, no uso das suas atribuições legais e normativas aplicáveis, sendo objeto do exame e, no caso de concordância, aprovação pelo Diretor Técnico-Científico da Polícia Federal, integrando o processo administrativo formalizado com vistas à instauração do certame.

Brasília/DF, 16 de novembro de 2016.

**ALDEMIR COSTA PINTO**

Agente Administrativo  
ARMAT/SELOG/DITEC

**De acordo,**

Em \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_.

**EDUARDO MARTINS DOS SANTOS**

Perito Criminal Federal  
Chefe do SELOG/DITEC/DPF

**Aprovo** este Projeto Básico para a contratação de empresa especializada para fornecimento de serviços gráficos de confecção de resmas de formulários para emissão de laudo, a fim de atender às necessidades da Diretoria Técnico-Científica – DITEC/DPF.

**Autorizo** os procedimentos de Dispensa de Licitação.

**JOSÉ JAIR WERMANN**

Perito Criminal Federal  
Diretor Técnico-Científico – DITEC/DPF

**ANEXO I**  
**MODELO DE PROPOSTA**

<b>Destinatário: xxx</b>	
<b>Ref.: Confeção de resmas para emissão de laudos</b>	<b>Data: xx/11/2016.</b>

Prezado fornecedor,

Solicito orçamento dos serviços especificados abaixo:

ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	QUANT.	UND	PREÇO UNIT.	PREÇO TOTAL
a. Corte de papel branco Offset, alta alvura, formato 66x96cm, gramatura 90g/m2, em resmas de 500 folhas no formato A4; b. A DITEC/PF fornecerá e fará a entrega do papel Offset, formato 66x96cm, gramatura 90g/m2, constante no item "a", quando a empresa, executora do serviço, estiver situada até 40km da sede da DITEC. c. Empacotamento das resmas com papel Craff; d. Fixação de etiqueta, cor branca, no lado retângulo menor, na horizontal, dimensões 2cm x 10cm, com as seguintes expressões: " <b>FORMULÁRIOS PARA LAUDOS</b> " e logo a baixo: " <b>500 FORMULÁRIOS PF 747-A</b> ", fonte Arial, cor preta, tamanho 14; e. Impressão em cada folha do papel, já em formato A4, de uma faixa amarela, na orientação "retrato", com as cores: 0% ciano, 0% magenta, 35% amarela e 0% preta, repetida da sigla " <b>PF</b> ", na cor branca, em fonte Arial, tamanho 8, em negrito, espaçamento simples entre linhas, a 45° de inclinação com relação à borda inferior do papel, em sentido ascendente, sobre os 15 mm mais à esquerda da faixa amarela descrita a cima, de modo a deixar faixa de 2 mm totalmente alinhada à borda direita do papel; f. Impressão de linha-base em cor preta,		Resma formato A4 500x1		R\$ 1.200,00

com 75 mm de comprimento e 0,2 mm de espessura, abaixo da qual deve ser impressa a expressão: “**Visto da Chefia da Unidade**”, na cor preta, em fonte Arial, tamanho 8;

- g. Todo esse conjunto, constante na faixa amarela, deverá estar inclinado em 90° com relação à borda inferior do papel, centralizado na vertical da folha e a 3 mm de distância da borda direita do papel.

Validade da proposta: 60 dias

CPF/CNPJ da empresa:

**NOME**

**Área de /SELOG/DITEC/PF**



Documento assinado eletronicamente por **ALDEMIR COSTA PINTO, Agente Administrativo**, em 16/11/2016, às 12:36, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **EDUARDO MARTINS DOS SANTOS, Chefe de Serviço**, em 17/11/2016, às 14:31, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **JOSE JAIR WERMANN, Diretor(a)**, em 17/11/2016, às 15:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.dpf.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **0729103** e o código CRC **6DA2E0B8**.

Referência: Processo nº 08059.300179/2016-12

SEI nº 0729103